

A Alemanha, o Vaticano e Hitler

No capítulo 10 do seu livro "The Vatican in World Politics", Avro Manhattan diz o seguinte:

A história do Catolicismo político contemporâneo na Alemanha começou, por assim dizer, durante a formação e consolidação do Primeiro Império Germânico. Uma olhada no comportamento do Vaticano, nesse período crítico, demonstra a consistência da política fundamental da Igreja Católica em geral e esclarece os seus malabarismos políticos. Eles sempre têm feito parte do seu método de atingir os objetivos com a formação do Partido Católico, o Partido de Centro, o qual desempenhou papel de grande relevância na vida alemã.

Que um Estado protestante como a Prússia pudesse dominar a vida política de numerosos Estados católicos alemães provocou a maior hostilidade na Igreja Católica e fez com que Bismarck, ao estabelecer o Império Germânico, reconhecesse que o poder centralizado no Vaticano era um inimigo por demais sutil aos seus planos. Estadistas, antes e depois de Bismarck, haviam enfrentado esse mesmo problema, porém Bismarck o enfrentou com verdadeira brutalidade bismarquiana...

“Será que esta grande corporação, isto é, a Igreja Católica Romana, um terço de toda a população alemã, deve obedecer em assuntos civis, as leis feitas pelo Parlamento ou os mandatos emitidos por uma turma de padres italianos?”

Não houve dúvida sobre a resposta do Vaticano. Ela se estendeu, de Roma até os bispos da Alemanha, e dos bispos para o seu clero mais baixo e o laicato. A máquina total que a Igreja Católica possuía foi logo colocada em movimento. Dos púlpitos fulminaram denúncias que eram mais adequadas a plataformas políticas, e no Parlamento apareceu, então, o Partido Católico devotado aos interesses do Vaticano. Ele foi liderado pelo influente estadista Windthorst. Antes da incorporação de Hanover à Prússia, esse estadista havia exercido um posto de comando no Gabinete de Hanover. Era conhecido pela sua ambição, seus grandes poderes como líder parlamentar, e pelo seu ódio contra a nova ordem estabelecida.

Os dois homens se tornaram símbolos das duas forças opostas. Visto como o poder do Vaticano havia se fortalecido pela fórmula da Infalibilidade, a conclusão lógica era a da exigência da Igreja Católica sobre a vida de um Estado e sobre a moldagem da sociedade. O resultado foi uma longa luta, na qual foram engajados quase todos os membros da hierarquia católica alemã.

Os mais notórios foram os bispos de Ermeland e Paderborn e os Arcebispos de Colônia e Posen. Então, logo apareceram os jesuítas. Eles haviam estado sempre ativos contra a Alemanha, durante as guerras austríacas e francesas e não apenas haviam instigado as diferenças religiosas, mas também os ódios políticos e raciais, especialmente na Polônia e na Alsacia-Lorena. À medida em que o tempo passou, suas atividades cresceram e a luta se tornou ainda mais árdua. Não só devido à interferência dos jesuítas, mas através do esforço da hierarquia romana. Todos os meios foram empregados para retirar dos púlpitos e das cátedras docentes, todos os que não haviam aceito o dogma da Infalibilidade. E como esses homens assim relegados eram pagos pelo Estado, as autoridades civis resistiram. Isso conduziu a tal violência na pregação que levou à publicação das “Leis de Púlpito”.

Bismarck nomeou um homem forte como Ministro da Adoração – com o nome de Falk - e ao mesmo tempo foi proposto por Bismarck que um embaixador alemão fosse enviado ao Vaticano. Essa proposta foi rejeitada.

Em 1872, todo o corpo de jesuítas foi expulso da Alemanha. Isso foi muito significativo, visto como os jesuítas, mesmo quando foram expulsos de todas as nações da Europa, e até mesmo de Roma pelo próprio papa, haviam permanecido em paz nos domínios prussianos. O Vaticano ordenou que os católicos alemães denunciassem Bismarck e o Estado. E isso, os arcebispos e bispos fizeram, na linguagem mais violenta. O próprio papa ameaçou Bismarck com a vingança de Deus, a qual, segundo ele, iria alcançá-lo.

As represálias logo aconteceram. O representante diplomático alemão, o qual, entretentes, fora enviado ao Vaticano, foi retirado e o que veio a ser conhecido como as “Leis Falk” ou as “Leis de Maio” foram promulgadas.

A luta em sua pior fase perdurou por mais de cinco anos. O Vaticano respondeu, ordenando que o clero alemão lançasse anátemas contra as autoridades civis e contra todos aqueles que se recusassem a reconhecer o papa como único infalível portador da verdade. A autoridade religiosa, foi declarado, deve estar acima de todas as autoridades civis. Dentro das igrejas era pregado que a educação do clero era um assunto do Vaticano e não do Estado. E que nenhum católico tinha o direito de separar-se da Igreja Católica. Uma vez católico, para sempre católico.

Conforme a Lei Canônica, o casamento era um sacramento e somente a Igreja Católica poderia oficiá-lo em cerimônia religiosa. A isso, afirmava a Igreja, não tinha direito o Estado. Eles não apenas instigaram o ódio religioso e racial na Polônia e Alsacia-Lorrana, como usavam o bairrismo provinciano em Estados católicos como a Bavária e as províncias do Reno, fomentando o aumento desse bairrismo. Então, conduzidos pelo clero, os católicos se tornaram rebeldes. Através de itens de questão religiosa e moral eles criaram a desordem social, civil e política e o desassossego, tudo isso dirigido de Roma [pelos Jesuítas].

O governo respondeu com a expulsão de padres dos seus púlpitos e de professores e bispos, com multas e prisões amplamente espalhadas. Numerosas ordens religiosas foram expulsas do reino. À medida em que piorava o conflito, os bispos e arcebispos eram jogados em prisões e o Arcebispo de Posen ali ficou por mais de dois anos.

A luta não ficou confinada à própria Alemanha, mas se espalhou por vários países da Europa. Católicos fervorosos começaram a organizar complôs e planos, a fim de prejudicar o Estado e seus representantes.

Um jovem católico, que havia sido educado numa escola clerical, tentou assassinar Bismarck, atirando nele durante um passeio em Kissingen, e quase o conseguiu. A bala atingiu a mão de Bismarck quando ele a levantou até a cabeça, num ato de saudação responsiva.

O governo respondeu com medidas ainda mais severas. Numerosos membros católicos do Parlamento foram presos e o casamento civil foi estendido por todo o império.

O conflito não terminou aí. O próprio papa entrou no conflito. Outra encíclica foi emitida por Pio IX. Ela declarava repúdio às leis e as anulava, considerando ímpios os seus criadores. Desse modo, renovava o incitamento à desobediência civil e à guerra civil, de forma que a luta entrou numa fase mais árdua. A hierarquia católica, o laicato católico e os políticos católicos foram obrigados a apoiar a encíclica. A Igreja Católica nada deixou por fazer no sentido de assegurar os seus objetivos. Ao instrumento político do Vaticano na Alemanha, o Partido de Centro, foram dadas instruções, se é que destas ele carecia, para não demonstrar misericórdia alguma com o governo. Através de todo esse período liderado por Windthorst, o Partido de Centro, somando ¼ do Parlamento, lutou, indiscriminadamente, contra todas as medidas de Bismarck, não importando quão distantes elas estivessem dos interesses religiosos.

Mas em 1878 Pio IX faleceu. O novo papa foi Leão XIII. Tanto ele como Bismarck tentaram alcançar uma espécie de compromisso. Bismarck começou a ter encontros com Windthorst e com o representante do papa, Jacobini, e a base para um entendimento foi estabelecida. Um novo ministro, Schlozer, foi enviado ao Vaticano e o governo usou de grande discrição ao administrar as Leis Falk. Essa reaproximação continuou com tal sucesso que o papa pediu um retrato de Bismarck. Logo depois, Bismarck pediu que o papa fosse mediador entre a Alemanha e a Espanha com relação às exigências destas duas nações às Ilhas Carolinas. Medidas adicionais para diminuir as ordens severas de ambos os lados prosseguiram, até que Bismarck começou a confiar no apoio do Partido Católico Alemão, para as medidas principais de sua nova política financeira e econômica.

O pior da luta havia passado e foi estabelecido um *modus vivendi*. Não foi de modo algum extraordinário que o Estado tivesse diminuído suas exigências contra a Igreja e decidisse respeitar, e até mesmo apoiar, algumas exigências da mesma. Ou que o Vaticano desenvolvesse uma íntima amizade com o chanceler autoritário, uma vez que ambos odiavam e temiam os princípios democráticos e liberais. Visto como as questões religiosas haviam sido resolvidas, eles se tornaram íntimos parceiros e combateram, indiscriminadamente, os princípios e ideias que acreditavam ser perigosos ao absolutismo religioso na Igreja e ao absolutismo político no Estado.

É muito significativo que o Vaticano, através do Partido de Centro, por mais de uma vez, primeiro tenha sido hostil a uma plataforma de governo ou estadista e em seguida tenha se tornado o seu aliado. Essas mudanças, que se apresentaram como inconsistentes, são o contrário disso. Pois, conquanto inconsistente possa o Vaticano ser em seus métodos, ele jamais perde de vista os seus objetivos finais, os quais consistem em assegurar os interesses da Igreja Católica. E esse mesmo procedimento foi seguido várias vezes na Alemanha, bem como em toda a Europa, nos anos subsequentes.

No caso da Alemanha de Bismarck, quando o Vaticano agiu em primeiro lugar com hostilidade à ideia de que uma Prússia protestante governasse os Estados e os súditos católicos, ele foi hostil porque Bismarck, paradoxalmente, desejava realizar reformas liberais. Embora, à nossa moderna concepção, essas reformas não fossem sensacionais, elas eram então, e em sua forma atual continuam sendo – um anátema à Igreja Católica.

Bismarck não era um amante da democracia, mesmo patrocinando reformas liberais; ele não era um amante da democracia ao combater o Vaticano. Nem o foi ao se tornar seu amigo – pelo contrário. E o Vaticano verificou isso, o que explica ter este se tornado seu amigo íntimo. Uma vez que à Igreja foi garantido que os seus interesses

seriam respeitados e sua causa mantida em resistência aos perigosos ideais do Secularismo, do Liberalismo e, acima de tudo, do Socialismo, seu curso estava livre. Ela sabia que, além de ganhar importantes vantagens através da vontade forte e autoritária de Bismarck, nele teria um bastião no qual poderia confiar.

O Vaticano sempre tem tido e continua tendo uma predileção pelos homens fortes. Quando sentiu que podia confiar em Bismarck, o Kaiser, e finalmente em Hitler, o Fuehrer, ele lhes deu apoio. No Partido de Centro e na hierarquia católica alemã o Vaticano possuía dois instrumentos para atingir seus objetivos políticos. E é esclarecedor percorrer as vicissitudes do Partido Católico Alemão.

Desde o princípio, sua membresia foi muito mista. Ela incluía trabalhadores e empregadores, ricos proprietários de terras e camponeses, aristocratas e eruditos, oficiais e artesãos. Ao contrário do Partido Católico Austríaco, elementos progressistas e reacionários eram representados nas fileiras do Partido Alemão e sua característica fundamental era que sua base não era política, mas religiosa. Em razão de sua natureza peculiar, o Partido de Centro não se confinava aos problemas nacionais e após sua criação ele deu um típico exemplo disso.

Em 1870, as tropas da Itália Unida ocuparam Roma e aboliram os Estados papais. Imediatamente, o Partido Católico de Centro exigiu que Bismarck interviesse em favor do papa. Bismarck respondeu que “os dias de interferência nas vidas de outros povos haviam terminado”. O Partido Católico de Centro foi mais longe e pediu a intervenção militar na Itália. Falou de uma “Cruzada através dos Alpes”. Bismarck enviou um protesto ao Vaticano, sabendo muito bem de onde provinha a inspiração do partido. A resposta dada foi que o Vaticano estava impossibilitado de fazer qualquer censura ao Partido de Centro.

Durante os dez anos de luta contra Bismarck, o Partido aumentara grandemente a sua membresia e quando, finalmente, um entendimento entre o Vaticano e o governo foi alcançado, na década de 1890, o Partido Católico de Centro capitulou ao Reich Hohenzollen e aceitou o seu domínio protetor. Foi esse o início de uma trilha que, se não tivesse sido palmilhada pelo Partido Católico, provavelmente teria mudado a história da Alemanha. Em vista da composição histórica e das condições prevaletentes na Alemanha, então um Partido Católico devia “tornar-se um reservatório de oposição real e importante... a oposição da Alemanha do Sul e Ocidental ao Estado militar sob a hegemonia da Prússia”, conforme as palavras certas de um escritor alemão.

Como se deu essa capitulação? Ela foi apenas um erro ou uma política bem calculada?

Embora os principais sustentáculos do Partido Católico fossem as massas campesinas e os trabalhadores católicos, até a metade da I Guerra Mundial a sua liderança estava sob o controle total dos aristocratas conservadores e da hierarquia católica superior. Foi essa liderança que teve interesses comuns em temer os mesmos inimigos dos não católicos. Os conservadores e aristocratas da Alemanha levaram o partido a uma aliança com o Reich Imperial. Foi exatamente a hostilidade conjunta do militarismo prussiano e do Catolicismo em direção a certas fórmulas sociais, políticas e econômicas que finalmente os tornou íntimos aliados dos dois inimigos mortais. Essas fórmulas estavam incorporadas nas doutrinas e princípios do Liberalismo nas esferas econômicas, sociais e políticas. O Partido Católico iniciou violentíssima campanha contra o que era descrito como “o Capitalismo anticristão, judeu e liberal” arremessando invectivas constantes, como aquelas que se tornariam tão familiares

durante o regime nazista... a “Ímpia Escola Manchester”, “O Capital Judaico Usurário” e o “Moloque Liberal do Dinheiro”, etc.

Se os anátemas lançados contra os princípios liberais e o Estado Liberal pelos vários papas forem lembrados, não é difícil entender a hostilidade do Catolicismo contra o Liberalismo e sua resultante aliança com o reacionário militarismo prussiano. Foi uma consequência natural da condenação do Vaticano ao Liberalismo de qualquer forma – consequência essa, a qual partindo dos campos religioso e moral, havia sido trasladada para os campos social e político. Menos clara, talvez, deveria parecer a razão que induziu o Catolicismo a se tornar tão antissemita. Esse peculiar antissemitismo era quase a característica comum entre o Catolicismo político da Alemanha e da Áustria. O espírito antissemita e a fraseologia foram cuidadosamente norteados, tanto pelo Catolicismo alemão como pelo austríaco, a fim de atacar os princípios e a influência do maior inimigo político da Alemanha e da Áustria – isto é, o movimento socialista.

Os movimentos socialistas estavam pregando a democracia econômica, social e política. Estavam convidando os homens a se filiarem aos mesmos, independente de sua religião, raça ou cor. Os papas e todo o espírito que animava a Igreja Católica eram fundamentalmente hostis às ideias democráticas, ao socialismo e à igualdade, quer fosse educacional, econômica ou social. De fato, eram contra qualquer reforma apoiada por novas ideias e métodos políticos. Eles alimentavam nas mentes dos membros da Igreja Católica o desprezo e o ódio pelo espírito democrático e um desejo de se aliar ao autoritarismo. Essa atitude, os seus membros levaram para dentro do Partido Católico. Com o passar dos anos, os seus ensinamentos penetraram profundamente e, desse modo, prepararam ideologicamente, sem perceber, as massas para aceitar a ideia de uma ditadura. Foi isso que aconteceu ao Partido de Centro Alemão.

Houve ainda outra causa para o comportamento do Partido de Centro que as influenciou grandemente e as ajudou a desenvolver sua crescente atividade. Ela proveio da rivalidade e consequente hostilidade demonstrada pela Igreja Católica contra a Igreja Ortodoxa, especialmente a Igreja Ortodoxa Russa (vide capítulo 17 - O Vaticano e A Rússia) – outro resultado automático. Como essa hostilidade religiosa foi inoculada em todos os católicos, inclusive os alemães, quando ela foi trasladada ao campo político, desenvolveu-se em ativa hostilidade política contra a ortodoxia, a qual, para os alemães, era representada pela Rússia. A autoridade assim gerada estava em completa harmonia com a política expansionista do Kaiser – um elo adicional entre o Catolicismo e o Imperialismo da Alemanha. Isso foi executado a tal extensão que durante a Guerra Russo-Turca, o catolicíssimo Windthorst declarou, entre outras coisas de igual natureza que, em última instância, ela era uma questão de “se o mundo deveria ser dominado pelo elemento eslavo ou alemão”. A hostilidade contra a Rússia eslava e ortodoxa demonstrada pelo Partido Católico atingiu tal ponto que trouxe uma censura do Bispo von Ketteler “pela excessiva autoconfiança germânica”. Foi essa a ideologia que preparou o Partido Católico a chamar o seu órgão principal de Germânia – um jornal que mais tarde seria comprado pelo camareiro do papa – Franz von Papen.

Quando o Comunismo, um inimigo bem maior e mais determinado da Igreja Católica e dos sistemas econômico e social por ela apoiados, atingiram o poder na Rússia, a hostilidade da Igreja foi centuplicada no campo ideológico, bem como no campo político ativo. O Partido de Centro raramente deu um passo importante sem antes consultar o Núncio Papal, que foi durante muitos anos o Cardeal Pacelli, o qual apoiava qualquer homem ou política que se opusesse à Rússia Soviética. Por causa disso não é de

espantar que o Partido Católico tivesse aceito com tal alegria e satisfação a “Cruzada contra o Bolchevismo” pregada em Roma pelo papa e em Berlim por Hitler.

Durante um quarto de século, antes da explosão da I Guerra Mundial, o Partido Católico, com exceção de um curto período de conflito com o Príncipe Buelow, foi o grupo mais forte no Estado Alemão. E também era o mais importante aliado exclusivo de todos os chanceleres do Reich Alemão, dos Hohenhole até os Beltmann-Holweg, e também um dos principais entre os que apoiavam o imperialismo alemão. Esse apoio foi bem expresso pelo primeiro líder do Partido, Windthorst, quando tratou da questão política alemã referente à atitude adotada em direção ao exército alemão. Ele declarou no Reichstag: “reconheço que o exército é a instituição mais importante do nosso país e que sem ele os pilares de nossa sociedade ruiriam”.

Windthorst foi sucedido por Ernst Lieber, que seguiu os mesmos passos do seu antecessor. Ele era um dos mais entusiastas entre os que apoiavam as aspirações colonialistas da Alemanha e um grande advogado da Grande Política Naval do Kaiser, de tal modo que von Tirptz lhe fez um agradecimento em suas “Memórias”. Lieber foi um constante e influente patrocinador da catastrófica política levada a efeito pelo Kaiser, advogando um exército maior, uma Armada Naval maior, uma política expansionista no exterior e muita educação na terra natal. Essa política não poderia ter sido viável sem a cordial cooperação do Partido de Centro que ele liderava. Durante a I Guerra Mundial, eles permaneceram firmes num front unido de todos os partidos políticos alemães que eram a favor da guerra. Conforme diz B. Menne, o Partido de Centro foi um dos mais ardorosos entre os que apoiavam uma “Alemanha Maior”, advogando agressivamente a exigência não cristã de um “implacável prosseguimento de guerra”. Eles foram também dois importantes proponentes da ditadura estabelecida pelos generais.

O Partido de Centro apoiou as mais desarvoradas exigências do imperialismo alemão, tal como as anexações, tanto no Oriente como no Ocidente. Seu líder, nesse período, Peter Spahn, definiu as visões do Partido no que mais tarde seria chamada “Nova Ordem na Europa” após a vitória do Kaiser. Dirigindo-se ao Reichstag, na primavera de 1916, ele disse: “Os anseios da paz devem ser os anseios do Poder. Devemos mudar as fronteiras da Alemanha, conforme o nosso julgamento... A Bélgica deve ficar nas mãos da Alemanha, política, militar e economicamente”. O Partido foi até mais longe e estava à frente dos mais fanáticos imperialistas alemães. O jornal católico Hochland exigia a anexação de Belfort... “com as antigas fronteiras de Lorena e Burgundy e, finalmente, as costas do Canal”.

Isso não foi tudo. Quando em 1915, Von Tirptz exigiu que todos os navios comerciais que entrassem nas zonas de guerra fossem afundados, sem aviso, pelos submarinos alemães, o Partido Católico apoiou entusiasticamente essa exigência e declarou-se a favor de uma irrestrita batalha naval, a qual foi patrocinada pelos generais industriais, pan-germanos e outros. Hertling, o Primeiro Ministro da Bavária e um dos líderes do Partido Católico, era amigo íntimo de Tirptz. Ainda mais digno de nota é que a campanha foi patrocinada pela própria hierarquia católica. Prova disso, pode ser encontrada nas ações do Cardeal de Munique, Bettinger, o qual mobilizou o clero rural da Bavária e deslançou uma campanha de propaganda eclesiástica a favor de uma irrestrita guerra submarina. Isso foi a tal ponto que o próprio Cardeal foi às vilas, agitando os camponeses católicos da Bavária. Em resposta a muitos protestos, o Cardeal declarou que “seria um crime de irresponsabilidade da parte alemã se esta deixasse de financiar uma irrestrita guerra submarina”. O episcopado católico alemão

fez eco a essas palavras e seguiu a campanha, falando para os dignitários católicos de liderança que apoiassem uma irrestrita guerra submarina e a violação da neutralidade belga. Vamos citar apenas as palavras características do futuro Cardeal Arcebispo de Munique, mais tarde, um proeminente capelão do exército: “Em minha opinião, esta campanha prosseguirá na história da ética militar como um exemplo perfeito de uma guerra justa”.

Finalmente, o grupo do Reichstag, do Partido de Centro, deu um passo realmente sensacional (16/10/1916). Num documento cuidadosamente redigido, ele disse que o chanceler do Reich, embora formalmente responsável pela política de guerra alemã, devia obedecer às ordens do Supremo Comando. E qualquer que seja o decreto emitido por este, o Reichstag estaria pronto a obedecer. A significação desta declaração “atingiu muito mais do que a imediata disputa referente a uma irrestrita guerra submarina. Ela foi, de fato, o primeiro reconhecimento oficial da ditadura dos líderes do Exército Alemão, não apenas nos assuntos militares, como também nos assuntos políticos, e a subordinação do governo do Reich e do Reichstag, àquela ditadura” (B. Menne – The Case of Dr. Bruening).

A data da declaração também é significativa. Não decorreu muito tempo, até que um abúlico homem como Von Moltke, o mais novo na direção do Supremo Comando, em agosto de 1916, passasse o comando para o general Ludendorff.

Ele foi o primeiro dos ditadores modernos e, em nome do grande Comando, estava decidido a governar supremamente na Alemanha e não passou muito tempo para que o conseguisse.

A acusação de que o Partido do Catolicismo político foi o primeiro da Alemanha a pronunciar a solene capitulação da Alemanha à ditadura do general Ludendorff pode parecer improvável, e até mesmo maliciosa, contudo, é um fato histórico, conforme temos acabado de ver (B. Menne, The Case of Dr. Bruening).

No terceiro ano da guerra, o Partido Católico foi dirigido por uma trindade de grupos característicos de todos os partidos católicos, formada de católicos aristocratas, altos oficiais de estado e importantes dignitários da Igreja. Eles eram por demais nacionalistas e reacionários, tendo gerado o descontentamento entre os camponeses e trabalhadores alemães. Isso foi causado especialmente pelo modo como administravam a assim chamada “trégua civil” e a recusa de introduzir uma franquia geral e igualitária na Prússia.

Uma oposição foi gradualmente formada pela União do Comércio Católico de Rhineland, cujo porta voz foi Erzberger. Antes e durante a I Guerra Mundial, ele havia desempenhado um duvidoso papel político como um dos diretores do grupo católico industrial Thyssen, no Reichstag. E foi quando ele apelou para a anexação do depósito de ferro francês de Briey. Ele estava em ótimas relações com Tirpitz e, como líder da propaganda alemã, ele auxiliou o General Ludendorff a atingir o poder.

Em 1917, Erzberger se desligou de tudo. Ele recebeu certa informação que o convenceu de que a Alemanha não tinha qualquer chance de ganhar a guerra. O General Hoffmann, comandante dos exércitos alemães no Oriente, e o Conde Czernin, Ministro Austríaco do Exterior, contaram-lhe que a Alemanha estava em situação desesperadora.

Mas o impulso mais importante veio do próprio Vaticano. O papa Benedito XV [mentor da aparição de Fátima], viu com ansiedade que a situação dos poderes de Centro estava se deteriorando rapidamente. Não há razão alguma para crer que ele desejasse a sua vitória. Mas, pelo menos, está bem claro que ele estava ansioso para evitar a derrota destes. A Áustria era o único poder católico que ainda existia no mundo e a posição dos católicos na Alemanha era uma das que lhe justificavam as grandes esperanças. Em tais circunstâncias é compreensível que o papa visse uma solução nada desfavorável para os dois países e para esse fim ele se propôs a prejudicar a primeira ameaça de mediação entre Londres e Berlim. A exigência preliminar foi uma declaração da Alemanha referente aos seus objetivos no Ocidente. Foi aí que começou a tarefa de Erzberger.

O papa enviou a Munique um dos seus sacerdotes diplomatas, um jovem muito habilitado chamado Eugênio Pacelli (mais tarde núncio papal e em seguida Pio XII), a fim de estabelecer relações com o futuro homem que iria governar os círculos políticos da Alemanha, Erzberger. Chocado com a revelação que este lhe fez sobre a posição desfavorável da Alemanha naquela guerra, Erzberger teve boa vontade e apoiou a ação do papa. Um discurso feito por ele, no dia 06/07/1917, causou profunda impressão no Reichstag e teve um efeito muito sóbrio em geral. Isso foi apenas o começo. Erzberger trabalhou incansavelmente para prover o papa com a declaração de que este necessitava, como passo preliminar, à sua intervenção. Foi, de fato, especialmente graças a Erzberger, que no dia 19/07/1917 certa maioria do Reichstag, consistindo de católicos, socialistas e liberais, adotou uma resolução em favor da “paz sem anexações e indenizações”. Até mesmo o Kaiser ficou satisfeito com a adoção dessa fórmula útil, embora tivesse feito uma pequena reserva: a renúncia de uma decisão pela força das armas não devia ser aplicada à Alemanha.

A situação logo se inverteu, quando a Rússia entrou em colapso, em setembro de 1917. A Alemanha logo esqueceu a Resolução de Paz, a fórmula de garantia socialista e católica contra uma completa derrota, e os generais alemães ditaram os tratados de paz de Brest-Litovsk e Bucarest. Mas, quando em novembro de 1918 a Alemanha caiu, Erzberger, o iniciador da famosa Resolução de Paz, foi escolhido como o homem para negociar o armistício. O Marechal de Campo, Von Hindenburg, pediu que Erzberger aceitasse a árdua tarefa. “Com lágrimas nos olhos e segurando ambas as mãos de Erzberger nas suas, Hindenburg implorou-lhe que desempenhasse a horrenda tarefa pela sagrada causa do seu país”.

Esta cena seria repetida exatamente dez anos depois, quando o Marechal de Campo mais uma vez “profundamente comovido em lágrimas” tomou as rédeas de outro líder do Partido Católico Alemão.

Erzberger, como presidente da Comissão Alemã de Armistício, assinou o armistício. Além de ter-se tornado um convincente democrata, depois da guerra, Erzberger ficou convencido de que os militaristas eram os principais inimigos de uma Alemanha pacífica e progressista. Contudo, isso não significa que o Partido Católico tivesse mudado. Com exceção de Erzberger e de seus seguidores, o Partido, como um todo, ainda estava totalmente amistoso com relação ao império do passado. Apenas dois dias após o colapso da Alemanha, o Partido Católico em Colônia aprovou uma resolução em favor da retenção da monarquia. Mais tarde, o líder do partido protestou publicamente contra a expulsão do Kaiser e nesse protesto ele foi especialmente apoiado pela geração católica de jovens oficiais do Exército Alemão.

A Igreja Católica, além do seu nacionalismo, foi a principal instigadora de tal sentimento, e promoveu as exigências do retorno do Kaiser. Dentro do Partido Católico e entre todos os católicos da Alemanha, toda a questão foi colocada muito claramente por um dos principais pilares hierárquicos – o cardeal Faulhaber. Dirigindo o Congresso Católico de Munique, ele declarou: “A revolução foi um perjúrio e alta traição e ficará para sempre rotulada na história como a marca de Caim”.

A “marca de Caim” era apenas uma expressão bíblica para o que nas palavras mais exatas dos nacionalistas significava “ataque traiçoeiro”. Ao mesmo tempo e no mesmo lugar (Munique), Hitler estava pregando a mesma coisa!

Embora o Partido Católico condenasse a Revolução, e odiasse os Vermelhos, mesmo assim tomou parte no governo republicano. Como disse um católico, “tomando sua posição na base dos fatos apresentados”. Isto não queria dizer que houvesse acontecido uma mudança no coração do Partido, significava apenas que este precisava se adaptar a uma nova situação a fim de atingir os mesmos objetivos. Ao lidar com os Partidos Católicos, devemos nos lembrar que eles são apenas os instrumentos com os quais a Igreja Católica anseia alcançar determinados objetivos morais e religiosos. Desse modo, o Catolicismo político, mesmo sem mudar um til em seu programa, pode adaptar-se a novas situações, para mais facilmente fazer movimentos táticos, os quais se tornariam muito difíceis a outros partidos, cujos princípios são apenas políticos e sociais, e que para estes seria um assunto do mais profundo princípio.

Sob o governo do Kaiser, o Partido de Centro fora ostensivamente monárquico e imperialista. Sob a República de Weimar, ele aparentava ter-se tornado republicano e democrata. O que realmente havia acontecido é que ele teve de se adaptar às novas circunstâncias, a fim de melhorar o seu caminho em direção aos seus objetivos. E continuou sendo o que sempre fora – um Partido Católico.

Esta não é uma questão de mera opinião. Os fatos falam por si mesmos. O Partido de Centro mudou suas táticas, até mesmo fazendo alianças, embora sempre provisórias, com os odiados partidos Vermelho e da Ala Esquerda, porém jamais mudou o seu curso determinado. Se compararmos os vários movimentos do Partido de Centro, durante os primeiros dez anos da República, de 1919 a 1929, poderemos ver que um movimento para a direita era sempre seguido de um movimento para a esquerda, o qual, por sua vez, era seguido novamente de um movimento para a direita. [A especialidade do Catolicismo sempre foi dançar conforme a música e no final ficar ao lado do vencedor]. Um passo à frente, dois passos para trás sempre fora de fato a sua política, através de toda a existência da República. Em algum tempo, o desenvolvimento da ala esquerdista quase parecera ser possível, principalmente em razão dos efeitos da derrota na guerra passada. Contudo, a propagação das ideias democráticas entre os trabalhadores católicos, e até mesmo entre os cidadãos da classe média, incluindo jornalistas, professores, etc., provou ser apenas uma explosão temporária. Isso foi confirmado quando o líder da ala católica democrata do Partido de Centro, Erzberger, foi assassinado, no outono de 1921, por dois membros da organização militar secreta, ancorados na católica Bavária. Após o assassinato de Erzberger, a tendência em seguir sua política logo decresceu, até que, finalmente, desapareceu. Quando Erzberger foi assassinado, o Dr. Marx, juiz prussiano conservador e presidente do senado legislativo, tornou-se o líder oficial do Partido de Centro. Sua política foi manter o equilíbrio entre a Direita e a Esquerda. Convém notar que, a partir de 1924, o Partido de Centro rejeitou repentinamente a “coalizão Weimar”, que era uma coalizão de católicos, ala esquerda, liberais e sociais democratas. Isso foi

feito pelo Partido Católico para que pudesse entrar numa coalizão com o Partido Nacional Alemão. Um governo sob essa combinação foi formado com a chancelaria sendo entregue ao católico Dr. Marx. Isto significava que o Partido Católico, apesar do grande apoio da classe trabalhadora católica, continuou totalmente com os industriais de peso, os junkers (aviões de guerra), os super nacionalistas e os elementos militantes, que levariam a Alemanha à II Guerra Mundial.

Uma vez mais essa mudança repentina deve ser atribuída ao espírito e às doutrinas morais da Igreja Católica como uma autoridade religiosa.

A causa principal da mudança na política e da alteração nas táticas do Dr. Marx foi em razão das chamadas Leis Escolares.

A Constituição Weimer não havia tornado claro que tipo de escola deveria predominar na República. A disputa foi centralizada no item, se seria a Igreja Católica ou a Protestante, que teria voz mais alta nos assuntos educacionais. Ou se o Estado, desconsiderando a Igreja, deveria dar uma educação secular liberal.

Tentando atingir os seus objetivos, os católicos alemães, a começar da hierarquia alemã, advogavam que as escolas deveriam ser supervisionadas pelo clero, e que a escola confessional deveria ser adotada; isso em detrimento das escolas seculares. O episcopado alemão, em particular, era muito ativista em suas exigências – uma militância que foi aumentada pelo encorajamento dado pelo Cardeal Pacelli, o Núncio Papal, que havia estado em Berlim, desde 1920.

O desejo da Igreja Católica de ter as escolas católicas, a fim de educar os católicos alemães, era natural, e não teria se tornado um grande item político nacional, se ela tivesse se confinado à esfera religiosa. Mas não foi isso o que ela fez. Os itens religiosos foram transformados em itens políticos e vice-versa. O Vaticano, quando viu que não podia obter seus objetivos mobilizando sua máquina hierárquica, fez pressão sobre o seu instrumento político – o Partido Católico. O Partido assumiu a causa da Igreja Católica e se aproximou do Partido Nacional Alemão, o qual estava muito acomodado com relação ao problema escolar. Entrementes, o punho forte do Vaticano pressionou a política social interna do Partido de Centro. O resultado foi que a liderança do Partido começou a sufocar a oposição política e social da ala esquerda do próprio Partido. Ele tentou enfraquecê-la e para mobilizar os elementos da ala esquerda a dar apoio à política reacionária do Centro, apelou para os seus princípios religiosos e para os princípios fundamentais da Igreja sobre este problema educacional.

Desse modo, a aliança entre o Partido Católico e o potencial e totalitário Partido Nacional Alemão, foi concluída. Essa coalizão entre Católicos e Nacionalistas foi um pacto de mútuas garantias. Os Nacionalistas prometeram leis escolares que teriam introduzido escolas confessionais sob a supervisão das igrejas. Os Católicos prometeram apoiar os subsídios industriais, os impostos da importação pós-guerra e a votar, bastante significativamente, a favor do corte dos gastos sociais. Duas vezes fora concluído um acordo nestas bases, mas em ambos os casos o acordo fora quebrado. O primeiro orçamento escolar de 1925 jamais chegou ao Reichstag e o de 1927 causou a mais violenta disputa dentro da própria coalizão. O Partido de Stresemann, no final, fez com que fosse rejeitada. Ambos os concorrentes desejavam ter o controle total da educação e da formação da juventude. Era a mesma disputa que, anos mais tarde, haveria entre Hitler e a Igreja Católica.

O segundo orçamento causou a ruptura da coalizão, a qual finalmente aconteceu, na primavera de 1928. Houve eleições em maio, as quais resultaram em um sensacional balanço para a Esquerda, realmente o mais forte, desde 1918. O resultado foi que no Reichstag o Partido Social Democrata teve os mais fortes grupos parlamentares na Casa.

Além desse pulo das massas alemães para os Sociais Democratas, outro choque para a Igreja Católica foi que o Partido Católico estava entre aqueles que afinal aderiram. Porém, um choque maior estava para vir. Outros partidos, especialmente os Sociais Democratas, haviam penetrado no eleitorado católico, conseguindo com estes numerosos votos. Era uma coisa que a Igreja Católica e o Partido de Centro achavam que jamais iria acontecer. Previamente isso jamais havia acontecido. Essa descoberta alarmou tremendamente as autoridades do Vaticano, bem como o líder do Partido Católico Alemão. No Vaticano a decisão sobre o Partido de Centro, a qual havia sido adiada com hesitação, começou a ser delineada. O Partido de Centro, na esperança de reaver o terreno perdido, abandonou os Nacionalistas e voltou arrependido à coalizão com os Sociais Democratas. O Social Democrata Hermann Mueller tornou-se chanceler do Reich.

Isto aconteceu em 1928. Qualquer um teria profetizado que a Alemanha iria ter, finalmente, um socialista no governo e, desse modo, embarcaria numa cooperação com outras nações europeias. Mas tal promessa não vingou. Em 1929, apesar de todas as aparências, três homens estavam no comando central da posição estratégica da República alemã. A combinação Hindenburg – Groener e Schleicher estava trabalhando por trás das cenas, com a intenção de liquidar a República. É interessante recordar que eles eram o último comando do exército do Kaiser, no tempo da negociação do armistício, em 1918. Começaram a fazer intriga no campo militar e, acima de tudo, no campo político, significando que deviam livrar-se do “cansativo Reich intermediário”, conforme consideravam a República Alemã, e este foi apenas o primeiro de outros movimentos importantes.

Em 1929, Hindenburg, pressionado pelos amigos, começou uma política reacionária mais ativa no Reich. Logo que foram concluídas as negociações, que então estavam sendo conduzidas, seu primeiro movimento foi demitir o Chanceler Social Democrata, Mueller, e seu Ministro do Exterior, Stresemann. O General já estava planejando abolir o princípio de que o Chanceler do Reich tinha obrigação de receber o apoio do Parlamento. Um homem deveria ser posto em seu lugar, o qual deveria ter a “confiança do Exército”. Concordou-se que esse homem deveria governar através do Artigo 48 da Constituição Weimer, que dava poderes ditatoriais e se o Parlamento protestasse, seria dissolvido.

Os conspiradores discutiram qual seria o partido a oferecer possibilidades, a fim de que eles pudessem tratar da liquidação definitiva da República, e qual o homem que se encaixaria nos passos preliminares para a criação de uma ditadura, a qual iria preparar, eventualmente, o caminho para uma verdadeira ditadura. O Partido de Centro foi o escolhido. E um dos seus líderes, o católico devoto, Bruening, foi o candidato escolhido para governar, não com o consentimento do Parlamento, mas pela graça do Reichswer (Brigada Militar). A chancelaria foi oferecida ao Dr. Bruening, sob a condição de que se ele aceitasse com esses objetivos em vista deveria governar através do Artigo 48 e sob instruções do Reichswer.

Havia um homem na Alemanha que, embora não sendo alemão, sabia delinear a política alemã muito melhor do que os líderes alemães. Esse homem era Eugênio Pacelli, o representante do papa.

Pacelli havia estado na Alemanha desde 1920 – primeiro em Munique, depois em Berlim. A serviço do papa, em 1917, ele havia assumido as negociações para uma paz comprometida entre a Alemanha e os Aliados – tentativa que redundara em fracasso. Ele havia estado constantemente na Alemanha, desde então, e acompanhara de perto a política alemã, especialmente a política dos partidos católicos – o Partido do Povo (Bavária) e o Partido de Centro. Nem um líder católico de qualquer partido dava um passo de importância sem antes consultar o Vaticano através do Cardeal Pacelli. E como Pacelli era o braço direito do papa, muitas decisões importantes ficavam a seu cargo.

Logo que Pacelli chegou à Alemanha como Núncio Papal, ele criou uma leve sensação quando, ao contrário do que era esperado, começou a cooperar com Erzberger. Houve opiniões divergentes sobre isso, visto como as visões do Cardeal eram bem conhecidas. Alguns garantiam que ele nutria simpatia pela ala esquerda do Catolicismo. Outros, que ele tentava controlar e restringir ao máximo a tendência socialista do líder católico. A última visão parece ter sido confirmada quando, após o assassinato de Erzberger, Pacelli tratou o seu sucessor Dr. Wirth, com grande frieza. Mas quando o Dr. Marx assumiu a liderança do partido, Pacelli se posicionou abertamente ao lado do grupo católico da ala direita.

O Cardeal e o novo líder do Partido de Centro tornaram-se íntimos e o Dr. Marx jamais dava um passo sem antes consultar Pacelli, o qual, de fato, passou literalmente a dirigir a política do Partido Católico, durante vários anos, a partir desse período. Foi ele quem primeiro concebeu e em seguida inspirou e promoveu a coalizão do Partido de Centro com o Partido Nacional Alemão, um passo que traria as mais terríveis consequências para toda a Alemanha.

Quais foram as razões que levaram o Cardeal Pacelli a empurrar um poderoso partido político em determinada direção, em vez de outra? E o que o induziu a fazer uma aliança com o futuro criador da mais nacionalista, autoritária e antidemocrática ditadura alemã – o Partido Nacional Alemão?

A resposta está naquilo que movia todos os políticos católicos: os interesses da Igreja Católica como instituição religiosa. Deixando de lado a antipatia do Vaticano pelo Socialismo, havia um objetivo imediato ansiado pelo Vaticano: ele desejava introduzir o estabelecimento formal da escola confessional no sistema educacional alemão. Isso ele desejava acima de tudo e seria possível, caso a Alemanha e o Vaticano fizessem um acordo através de uma favorável Concordata.

Contudo, essa concordata jamais fora assinada. Nem o orçamento escolar entrara em efeito. Mas o Cardeal Pacelli soube agir muito bem em favor da Igreja Católica, tanto que a República abriu os seus cofres à Igreja e os subsídios do Estado alemão em favor desta aumentaram de 148 milhões de marcos, em 1925, para 163 milhões de marcos, em 1928.

A opinião do Cardeal Pacelli sobre como negociar com a grande retaguarda da eleição de 1928 aumentou de peso no Vaticano, quando ele ficou conhecido como sendo tão esperto quanto o papa, em seu plano de sacrificar a ultrapassada política do

Catolicismo. O Vaticano já havia começado a palmilhar aquela estrada, embora após a guerra houvesse muita hesitação sobre o destino dos partidos católicos alemães, visto como esses haviam provado ser uma arma inestimável, até mesmo durante os anos que se seguiram imediatamente à I Guerra Mundial, e parecia que eles ainda podiam ser de grande utilidade à Igreja. Contudo, realmente, isto não aconteceu. O Partido Católico já não tinha capacidade de exercer a grande influência do passado, sem precisar aliar-se a outro partido qualquer – às vezes até mesmo aos inimigos. Isso era devido em grande escala ao sistema básico da República. Esta permitia excessiva liberdade aos grupos políticos, o que aumentava a deterioração econômica da Alemanha, visto como as massas estavam radicalmente inclinadas para os assuntos sociais. Também, a perda de milhares de membros católicos do Partido de Centro, que haviam abandonado o Catolicismo político em favor de outros movimentos, tendo na maior parte das vezes se juntado às fileiras dos Sociais Democratas, muito preocupava o Vaticano.

Tudo isso havia sido considerado durante vários anos, contudo ficou conhecido o choque que veio com a derrota sofrida pelo Catolicismo político, na primavera de 1928. Quase meio milhão de eleitores havia dado as costas ao Catolicismo político. Foi essa a pior derrota eleitoral já sofrida na história do Partido de Centro. Embora a perda fosse proporcionalmente enorme, a seriedade do assunto ainda era mais alarmante para o Vaticano, visto como essa derrota culminava com um persistente declínio da força do Catolicismo político na Alemanha. Se este continuasse a declinar desse modo, seria apenas questão de alguns anos, até que o Partido deixasse de ser uma entidade na vida política da nação e os “Vermelhos, inimigos seculares da Igreja, teriam prevalecido”.

O Vaticano havia observado de perto esse declínio e, após a derrota de 1928, uma estatística do Partido de Centro foi exigida sobre a mesa, mostrando as perdas desse partido, desde a sua fundação. O documento foi remetido a Roma por Pacelli. Sua publicação foi proibida e somente os altos oficiais do Partido e o Vaticano dele tomaram conhecimento. Conforme esse registro a porcentagem de todos os eleitores católicos masculinos que haviam dado o seu voto ao Partido Católico de Centro foi a seguinte:

1875.....	85%
1907.....	65%
1912.....	55%
1919.....	48%
1928.....	39%

Essa tendência a um declínio persistente foi a mais séria, visto como havia a perspectiva de que as perdas continuariam a aumentar, assustadoramente, e com crescente rapidez, considerando que os trabalhadores católicos estavam aceitando cada vez mais as doutrinas socialistas, especialmente depois da aliança do Partido de Centro com o reacionário Partido Nacional Alemão. Enquanto isso, a juventude católica e a o Serviço Católico de Espionagem se voltavam para os Nacionalistas alemães.

O Partido, que havia servido ao Catolicismo alemão por mais de duas gerações, estava deixando de ser um instrumento político atuante. Algo mais drástico e efetivo precisava ser feito no sentido de substituí-lo. Uma nova trilha precisava ser seguida; uma nova política, adotada; novos métodos, encorajados; novos homens deveriam ser levados ao poder.

Após a derrota de 1928, os elementos mais reacionários do Partido Católico tornaram-se todo poderosos. A ala esquerda deixou de contar, até o ponto em que a direção do Partido estava envolvida. Isso se explicava pelo fato de que o Partido tornara-se literalmente um instrumento nas mãos do Núncio Pacelli. Os elementos clericais reinavam supremos. O porta voz da ala direita do Partido de Centro era o Dr. Ludwig Kaas, professor de Lei Eclesiástica na Universidade de Bonn e Prelado Papal. Ele havia se especializado em política exterior. Falava em nome dos grupos do Partido de Centro no Reichstag sobre assuntos estrangeiros e foi até Genebra com a delegação alemã.

As principais exigências do Dr. Kaas eram em favor de “uma política exterior mais ativa”. Ele criticava muito a política exterior de Stresemann e era contra as tentativas de se executarem os objetivos alemães através de pacíficas negociações. Isso é digno de nota, pois no tempo em que ele estava advogando esta política mais ativa, dois outros homens, líderes de dois outros partidos, estavam advogando exatamente a mesma coisa: Hindenburg, líder do Partido Nacional Alemão, e Hitler, líder do Partido Nazista, os quais estavam de acordo com o Prelado Kaas.

É interessante notar ainda que após a I Guerra Mundial, o Dr. Kaas fora um fervoroso líder de um movimento separatista, amplamente patrocinado pelos católicos em Rhineland. No dia 10/03/1919, ele estava tão certo de que iria criar um Estado Católico que telegrafou para Colônia: “Saudações à República do Reno”. Também não deveria ser esquecido que ele era amigo íntimo do Dr. Seipel, o homem que estava planejando a criação do império católico na Europa Central.

A influência do Dr. Kaas no Partido foi bastante fortalecida pelo fato de que ele era amigo íntimo do Núncio Papal em Berlim, o Cardeal Eugênio Pacelli. Este e o Dr. Kaas, em várias ocasiões, passaram dias juntos na Suíça. E as opiniões do Dr. Kaas eram observadas como reflexos das visões do Núncio Papal. A amizade com o Dr. Kaas foi um dos maiores incentivos para o firme andamento do Partido de Centro rumo à direita, visto como Pacelli encorajava grandemente o Catolicismo na Alemanha a adotar muito cordialmente o ativismo nacional. Esse ponto é mais notável, visto como em várias ocasiões, imediatamente após a I Guerra Mundial, o Vaticano havia recusado conceder o seu apoio a idênticas exigências do Partido de Centro. O Vaticano começou a dar o seu apoio ao Partido Nacionalista, a partir de 1924, até 1928, sendo que, a partir de 1928, passou a dar-lhe apoio absoluto, até 1933.

Isto não deveria ser subestimado, visto como durante esse período o Vaticano estava delineando e dando forma concreta à sua nova política no mundo. Suas várias atividades eram todas dirigidas no sentido de minar a Democracia e o Socialismo, nos vários países. E essas atividades tomaram forma e foram executadas pelos diversos instrumentos do Catolicismo político na Europa. Convém notar algumas dessas formas, as quais, embora variando em caráter, tinham todas, exatamente, o mesmo objetivo. Na Bavária e na Hungria, o Catolicismo político era legitimista. Na Bélgica e na Áustria, ele era reacionário. Em Portugal, Espanha e Polônia, ele era militarista e fascista. Mas, em todo esse cenário internacional, ele possuía exatamente a mesma estrutura básica, que era o combate ao Comunismo, patrocinado pelo Vaticano.

Na Alemanha, o Catolicismo político não podia exercer qualquer posição na estrutura básica internacional. Mas era preciso esperar e criar circunstâncias favoráveis para conseguir realizar as necessárias alterações na política alemã. Foi com esse objetivo

que o Vaticano empurrou o Partido de Centro, entre 1924 e 1928. E entre 1928 e 1933, ele o empurrou para uma ditadura.

Os católicos alemães ficavam cada vez mais sob a influência do clero, entrando, muitas vezes, em conflito com o Partido de Centro, o que foi bastante facilitado pela criação da Ação Católica. Ao mesmo tempo, o Serviço Católico de Espionagem, que já era antagônico à Rússia Soviética, ficou ainda pior, através do encorajamento do Vaticano. No Vaticano, e entre os católicos alemães, ficou claro que, além de sua inimizade comum contra a Rússia comunista, havia outro grande objetivo diante deles – objetivo esse que era acima de tudo, a conversão da Igreja Ortodoxa Russa, trazendo-a para o seio da Igreja Católica Romana (ver capítulo sobre a Rússia e o Vaticano).

Esse ódio e atitude agressiva em direção à Rússia podiam ser misturados com todos os demais elementos na Alemanha, os quais mantinham a mesma hostilidade contra aquele país: os junkers prussianos, os pan-germânicos, os nazistas e congêneres. Nesse particular, esses grupos estavam de comum acordo com os vários líderes do Catolicismo político, como o Dr. Kaas, o Chanceler Bruening, Von Papen e outros.

Mas, nem todos os elementos católicos eram favoráveis a essa cruzada. Havia muitos que, por razões puramente políticas, eram contra. Após a derrota do Partido de Centro houve uma violenta controvérsia, dentro do próprio Partido, com respeito à futura linha a ser adotada em assuntos sociais e na política exterior. Mas, com o Dr. Kaas e o Núncio Papal em constante e íntimo contato, venceu o elemento clerical e em dezembro de 1928, o Dr. Kaas tornou-se o líder do Partido de Centro. Esse foi o ponto da virada. O Partido de Centro, a partir de então, ficou totalmente nas mãos do Vaticano. Os filiados e a burguesia continuaram na crença de que tudo era como antes, exceto que o Partido agora aplicava uma política mais reacionária e nacionalista. Contudo, na realidade o Partido de Centro estava sendo usado para um propósito, que era destruir a Democracia alemã, o Socialismo alemão e criar uma ditadura que pudesse combater o Comunismo e garantir os interesses da Igreja Católica, naquela país.

Os eventos começaram a tomar forma concreta. O plano do Vaticano começou a funcionar no seio da política alemã. Havia se passado exatamente um ano, desde a eleição do Dr. Kaas, quando o Dr. Bruening, o fervoroso deputado católico, foi eleito presidente do grupo parlamentarista do Partido de Centro e o complô explodiu com os partidos Nacionalista e de Centro se revelando.

Na recepção de Ano Novo no palácio do Presidente do Reich, em 1930, Hindenburg esteve para ver pela primeira vez o homem que lhe fora recomendado pelos conspiradores – o devotíssimo Dr. Bruening. Disseram-lhe que seria ele o homem que os livraria da Democracia, que tornaria o Parlamento obsoleto, e que governaria como um ditador, com o Artigo 48.

Hindenburg e o Dr. Bruening discutiram planos, levantando várias objeções para se livrar da Democracia, com muita hostilidade. No final, ele aceitou. Hindenburg repetiu outra de suas cenas – uma réplica daquela feita com Erzberger, alguns anos antes. “Repentinamente Hindenburg começou a chorar com as mesmas lágrimas da vez passada; e com esse gesto histórico que começou e terminou tantos relacionamentos, ele tomou as duas mãos de Bruening nas suas, falando: `Tantos me abandonaram; dê-me agora a sua palavra de que, no final de minha vida, não vai me abandonar” (Wheeler-Bennet).

Bruening aceitou. No dia 27/03/1930, o social democrata Mueller renunciou à Chancelaria do Reich. No dia seguinte, Bruening foi encarregado da formação do novo gabinete. Em 31/03, Hindenburg nomeou Bruening como Chanceler do Reich, pela graça do velho general, e apoiado pelo Exército Alemão.

O dia 01/04/1930 foi uma data histórica para a Alemanha. O novo chanceler fez seu primeiro aparecimento no Reichstag. O regime parlamentar na Alemanha havia terminado e o autoritário havia começado. “Meu gabinete foi formado com uma visão de concluir, no menor tempo possível, as tarefas geralmente consideradas necessárias ao interesse do Reich. Será uma tentativa final de executá-las com a assistência do Reichstag”, falou Bruening. Isto significava que o novo Chanceler não pedia apoio, mas ameaçava o Parlamento com a dissolução, se aquele apoio não viesse, logo em seguida. O Reichstag havia escutado essas palavras desde os dias de Bismarck. O novo gabinete se apresentou como “o governo de soldados da vanguarda” e a partir daí passou a ser muito importante, no campo político da Alemanha, se um homem tinha servido na trincheira da vanguarda ou não. E quando, onde e por quanto tempo.

O plano Hinderburg/Groener/Schleicher foi finalmente posto em ação. Bruening havia começado a desempenhar sua missão. Ele apresentou ao Reichstag um programa financeiro que deveria ser apenas uma desculpa, a fim de tratar sumariamente com o Parlamento. O conhecimento deste em detalhe não tem importância. Mas ele proveu o aumento da verba militar, sem levar em conta o fato de que o Estado estava em má condição financeira, e ainda advogou uma taxa de eleição, a qual ficou conhecida como “Imposto Negro”.

Após ter tentado entrar em algum acordo com Bruening, o Reichstag rejeitou vários pontos do programa. Era com isso que Bruening e seus companheiros contavam. Naquela mesma tarde, Bruening decidiu colocar os pontos rejeitados, pela força, através de um “Decreto de Emergência” editado pelo Presidente do Reich. Esse decreto se tornou possível pelo Artigo 48 da Constituição Weimer. Esse artigo permitia que o Presidente do Reich, “em caso de profundo distúrbio contra a ordem e segurança pública ou perigo à ordem e segurança pública”, se investisse de certos poderes ditatoriais, inclusive o direito de promulgar leis através do assim chamado “Decreto de Emergência”. O texto do Artigo 48 deixava bem claro que esse decreto deveria ser usado apenas em caso de grande distúrbio e tumulto em perigosa escala, fatores que no momento não existiam com Bruening.

Dois dias após ter Bruening emitido o seu primeiro “Decreto de Emergência”, o Parlamento pediu que fosse retirado. A resposta de Bruening foi dissolver o governo. Novas eleições foram feitas, no outono seguinte. E nas eleições de setembro de 1930 apareceu a sombra de Hitler, ameaçando o novo governo. Cento e noventa deputados nazistas entraram no Parlamento.

Homens e eventos caíram nas mãos do ditador parlamentar. Os Sociais Democratas, que tinham 142 cadeiras no Parlamento, e constituíam, até então, o grupo mais forte no governo, começaram uma política de “tolerância” em direção a Bruening, “a fim de evitar o pior”. Estavam com medo de Hitler. Foi uma política suicida. A crise econômica fez o resto. A política econômica de Bruening, na opinião de muitos, foi desastrosa. Os salários foram reduzidos entre 25 e 30%, enquanto a redução no custo de vida, que havia sido prometida, foi de apenas 10%. E enquanto todos os funcionários do Estado

tiveram o seu salário reduzido é interessante notar que uma seção, os oficiais de armada, não foram tocados.

Quando Bruening foi feito Chanceler, havia dois milhões de desempregados na Alemanha. Quando ele saiu, havia seis milhões e o colapso financeiro havia se tornado pior, por causa de um bloqueio econômico auto imposto! Se não fora este caos político e econômico, muitos alemães não teriam sido influenciados por Hitler, que foi um dos que se beneficiaram alegremente com essas condições. À medida em que o caos aumentava, aumentavam também os filiados ao seu partido e, sem dúvida, a promessa de Hitler de reconstrução e as perspectivas que ele apresentava, de um futuro mais brilhante, trouxeram-lhe muitos adeptos confiantes.

Bruening tinha vários planos de natureza econômica e política, através dos quais ele esperava deixar de pagar indenizações e, ao mesmo tempo, armar a Alemanha.

Na primavera de 1932, Bruening declarou que, como a Alemanha havia ficado completamente desarmada, “ela tinha o dever legal e moral” de exigir o desarmamento de todos os outros países. Enquanto falava para o mundo dessa maneira, o católico Bruening prosseguiu armando secretamente a Alemanha. Durante sua chancelaria houve vários incidentes a respeito disso, sendo um dos mais importantes aquele conectado com Carl von Ossietzky, ganhador do Prêmio Nobel da Paz, que foi julgado e condenado por ter revelado as atividades militares camufladas da aviação civil na Alemanha. Ele foi sentenciado a muitos anos de prisão, acusado de “traição dos segredos militares”.

Bruening e o seu Ministro da Defesa trabalhavam de mãos dadas nos armamentos secretos da Alemanha, os quais, sob o governo de Bruening, se desenvolviam aceleradamente. Ele e seus amigos militares davam particular atenção ao exército aéreo. As formações ilegais de caças e bombardeiros foram ampliadas e fortalecidas, enquanto substanciais subsídios eram pagos às firmas fabricantes de aviões, tais como os Junkers e Heinkels. Já existiam nada menos de quarenta e cinco escolas ilegais de treinamento para voos militares. Planos estudados nos mínimos detalhes estavam prontos para o bombardeio da Linha Maginot, bem como de Paris e Londres. O líder do “Departamento Aéreo”, sob o governo de Bruening, era o capitão Brandburg – o homem que mais tarde conduziria a Luftwaffe, quando Londres foi bombardeada.

Entrementes, Bruening “O Chanceler da Fome”, como o chamavam as massas alemães, estava ocupado no campo político em conexão com a ascensão do líder nazista. Ele não via Hitler como um inimigo. Pelo contrário, via nele um aliado que, em sua fome de poder e como ditador rival, iria ajudá-lo a se livrar da Democracia, armar a Alemanha e lutar contra o Bolchevismo.

Quase imediatamente após a eleição de 1930, Goering manteve longas e secretas negociações com o Ministro Treviranus. E ao mesmo tempo, Roehm, o chefe da S.A. de Hitler, foi recebido pelo General von Schleicher. Eles discutiram sobre o Exército, regular e irregular, e concordaram, em alterar certas características do exército civil nazista, conforme foi mais tarde revelado.

Após estas preliminares, os dois líderes se encontraram, novamente, em outubro de 1930. Nunca foi inteiramente conhecido o que eles discutiram, mas vazou a informação, por causa da qual fez-se o registro, de que Bruening e Hitler tinham entrado em acordo para compartilhar o governo e que Bruening colocaria os ministros

nazistas em seu gabinete. Contudo, o acordo fracassou por causa do número desses ministros aos quais seriam dados cargos.

Tanto Hitler quanto Bruening negaram que jamais tivessem feito esses arranjos. Mas, em certa ocasião, quando Bruening estava fazendo um comício de católicos, este foi interrompido por uma gang de nazistas. Ele ameaçou fazer revelações desagradáveis sobre o que Hitler lhe havia confidenciado a respeito dos seus planos, caso eles continuassem a interferir nos comícios católicos. Os nazistas replicaram que também eles poderiam fazer revelações sensacionais sobre o que Bruening havia contado a Hitler. Ambos os lados, sabendo estar comprometidos, acharam melhor não ter mais agressões no sentido de fazer revelações sobre o famoso primeiro comício.

Passou-se um ano, até que os dois líderes reiniciaram suas negociações, em setembro de 1931. Dessa vez Bruening agradeceu publicamente a Hitler e aos que o apoiavam, pela “cortesia com que, apesar de todas as críticas, eles trataram a minha pessoa”.

O final do mandato de Hindenburg se aproximava e Bruening precisava de assistência para a reeleição de Hindenburg à Presidente do Reich, que ele desejava assegurar, através do Parlamento e não de eleições públicas – um plano totalmente anticonstitucional. Esse plano deu a Hitler uma posição chave, pois sem o seu partido, esse plano não poderia ser executado, visto como Hitler tinha 105 cadeiras no Parlamento.

Bruening sabia qual seria o programa de Hitler, caso ele subisse ao poder. Também conhecia os seus planos secretos. Além disso, veio à luz o notório Documento Boxheim, o qual continha detalhes da política de terror dos nazistas, caso chegassem ao poder.

Que o gabinete de Bruening estava bancando Hitler ficou evidente no final de 1931, quando um alto oficial prussiano, um democrata, visitou o Ministro do Interior, Groener, e pediu-lhe ajuda numa revolta conduzida por um líder de Berlim da S.A. nazista contra Hitler. A opinião de Hitler, apoiada pelo governo, foi clara, conforme a resposta de Groener: “Hitler é um homem a favor da legalidade, o qual prometeu respeitar a Constituição. Devemos apoiá-lo contra todos aqueles que são agitadores”. Em seguida, para espanto do entrevistador, o ministro acrescentou: “Hitler, sem dúvida vai manter sua palavra”. E para dar mais peso, ele acrescentou não ser aquela apenas sua opinião pessoal, mas a opinião de Bruening, o Chanceler, que compartilhava inteiramente o seu ponto de vista, sobre o assunto.

Porém, antes de tentar chegar a um acordo com Hitler, Bruening fez alguns movimentos preliminares. Não apenas manteve o favor de Hitler, mas falou bem dele, e recusou dar qualquer passo contra ele e tentou facilitar-lhe a trilha, de todas as maneiras. Ele conseguiu que, finalmente, Hitler se encontrasse com Hindenburg, como os outros haviam conseguido o primeiro encontro com o Velho Marechal de Campo. E, além disso, ele pediu que o grande industrial católico Thyssen, um dos mais generosos amigos e financiadores de Hitler, se apressasse a fazer um bom cartaz do Presidente. Pois, se Hindenburg ficasse pessoalmente aborrecido com ele, as chances de Hitler agir poderiam diminuir. Ele pediu a Thyssen que dissesse a Hitler para ser bem moderado ao falar dos seus planos com o Presidente do Reich.

O encontro com o Marechal de Campo aconteceu e, finalmente, Bruening e Hitler chegaram a um acordo. Bruening ofereceu-se para renunciar dentro de doze meses, a

fim de permitir o Gabinete, no qual as posições-chaves estariam nas mãos dos nazistas e, em compensação, Hitler deveria apoiar a eleição de Hindenburg como Presidente do Reich, e abrir negociações diretas com o Vaticano para uma Concordata.

A razão de Bruening para adiar sua renúncia por um ano satisfez Hitler, o qual aceitou a oferta. O argumento de Bruening era que, se os nazistas estivessem no governo, os Poderes de Genebra não iriam fazer concessões à Alemanha. E Bruening esperava pelo menos obter daqueles, a abolição total dos pagamentos de indenização. Com esse argumento ele convenceu Hitler a ter paciência.

Após o encontro, Hitler declarou que havia ficado “profundamente impressionado” com Bruening. Mas, além de ter ficado impressionado com o plano de Bruening para enganar os Aliados, havia os planos militares a serem aplicados e o enorme programa armamentista, conforme concebido pelo católico Bruening. Isso foi testificado mais tarde pelo general nazista Von Epp, o qual declarou que foram “os planos de rearmamento do Chanceler do Reich que realmente levaram Hitler a uma decisão”.

Bruening manteve o Dr. Kaas minuciosamente informado dos seus planos com Hitler, sendo a tarefa do Dr. Kaas informar fielmente ao papa todo o progresso das transações. O Vaticano pediu a Bruening para se certificar de que se Hitler viesse a fazer parte do novo governo os nazistas não seriam hostis à “verdadeira religião”. Mas, pela segunda vez, nada resultou dessas negociações.

Na mais importante entrevista com Hitler, em janeiro de 1932, e para a qual Bruening levou consigo Von Groener e Von Schleicher, Hitler apareceu acompanhado do chefe de sua S.A., Roehmer, que era o mais intransigente líder dos nazistas. A oferta de Bruening, para sua consternação, foi rejeitada. Também o foi pelo Partido Nacional Alemão.

Vendo que a colaboração com o partido da ala direita, da extrema direita, havia fracassado, Bruening se voltou para os partidos de esquerda, sem qualquer hesitação. Teve sucesso em convencer os Sociais Democratas, que elegeram Hindenburg formando um bloco republicano contra os partidos de Direita. Ele veiculou um slogan que agradaria os esquerdistas: “elejam Hindenburg e derrotem Hitler”. Mais uma vez, os sociais democratas deram os seus milhões de votos para eleger Hindenburg e derrotaram o plano do Partido Nacional Alemão e de Hitler.

Mas a eleição, que aconteceu no mesmo ano, chocou de tal maneira o Vaticano e o Cardeal Pacelli, que estes decidiram apoiar definitivamente uma nova força política, que seria a única a evitar que a Alemanha fosse para a Esquerda. O antigo Partido Católico já havia tido o seu tempo. Somente medidas drásticas poderiam deter o Perigo Vermelho, isto é, somente o Nazismo. A eleição levou Pacelli e o papa a tomar a decisão de colocar o seu apoio a Hitler. De um total de 35.148.470 votos, o Partido Nazista havia somado 11.737.391, o Partido Católico 5.326.583, enquanto os Socialistas e Comunistas haviam somado 13.232.292.

Os arqui-inimigos da Igreja Católica estavam fazendo um tremendo progresso na Alemanha. Se lhes fosse permitido continuar assim, e a não ser que um punho férreo assumisse o poder e os detivesse, seria tarde demais. E quem melhor do que Hitler, poderia fazer isso? A partir daquele momento e, por trás dos bastidores, o Vaticano começou a agir, tendo como objetivo principal exercer sua influência, no sentido de levar Hitler ao poder. Ingrato com relação ao apoio da Esquerda, Hindenburg, logo que

foi eleito, voltou-se ferozmente no sentido de seguir uma política por demais reacionária de caráter Extrema Direita, até o final de seu mandato, e ofereceu o poder a Hitler.

Entrementes, Bruening estava tentando destruir a República e restaurar a Monarquia na Alemanha. Ele sempre estava em completo acordo com a hostilidade da Igreja contra qualquer forma de governo popular, ou regime republicano, e com ela, num apoio às monarquias e ao governos autoritários. Esse espírito do qual estava tão completamente imbuído, era fortalecido pela sua visão nacionalista. Conquanto Chanceler no governo de uma República, ele estava trabalhando para destruí-la. Ele havia assumido o Pacto Constitucional e a Constituição Republicana, que assim começavam solenemente: “O governo alemão é uma República. O poder político procede do povo”. Ele havia jurado manter e defender esses princípios. Contudo, Bruening jamais aderiu à República. Ele era influenciado por três grandes motivos: sua consciência como católico, que o obrigava a restaurar a autoridade da Monarquia, pois “a autoridade não vem do povo”, conforme a Igreja Católica repetia constantemente, e a isso eram acrescentados os seus fortes sentimentos nacionalistas e o temor dos Vermelhos, cujo poder ele queria deter.

Bruening teve longas conversas com Hindenburg, com os líderes dos partidos Nacional e Nazista e com o Príncipe da Coroa. Hindenburg deveria ser eleito Regente do Reich, por toda a vida, com 2/3 da maioria do Parlamento, que teria sido obtida através de coalizão dos partidos da ala direita. E após sua morte, o segundo filho do Príncipe Real deveria ser proclamado Kaiser.

O Vaticano continuava bem informado, até mesmo antes de Bruening ter tomado decisões ativas para colocar esse plano em execução. O Cardeal Pacelli havia deixado a Alemanha – em 1930 ele havia sido nomeado Secretário de Estado de Pio XI – mas continuou sendo a principal autoridade nos assuntos da política alemã. Ele havia abençoado o plano e o Vaticano estava a favor do mesmo. A condição única imposta pelo Vaticano sobre Bruening e seus companheiros é que esse plano não tivesse compromisso nem se envolvesse abertamente em um complô, para evitar complicações internacionais que dele pudessem advir. Logo que a Monarquia fosse restaurada, a Igreja Católica daria todo o seu apoio à mesma, através do seu clero, dos católicos e do Partido de Centro. Bruening e outros conspiradores concordaram. Externamente, o procedimento para a execução do plano não devia partir de Bruening, nem do Partido Católico, nem de qualquer pessoa diretamente ligada ao Vaticano.

Mais uma vez o esquema fracassou. Dessa vez, devido à oposição do próprio Hindenburg, que não conseguiu harmonizar esse plano com a sua perene lealdade ao seu antigo Kaiser. Mais um resultado foi conseguido por Bruening, enquanto ainda estava no poder. Sob a sua deliberada orientação, os generais, os grandes industriais, os Junkers e os extremos nacionalistas foram colocados em posições chaves. A máquina militar havia reconquistado a Alemanha e se tornado dominante – principalmente devido aos movimentos do Partido de Centro e, acima de tudo, aos de Bruening.

Dizia-se frequentemente que Bruening visualizava a restauração da Monarquia, a fim de evitar que Hitler subisse ao poder, porém os fatos não provam essa contenção. O plano original de Bruening, ao qual Hitler e Hugenberg, o líder do Partido Nacionalista Alemão aderiram, e estavam prontos a apoiar, era o seguinte: primeiro, destruir a República; segundo, restaurar a Monarquia e terceiro, formar um governo inteiramente

composto de partidos fascistas e super fascistas, os quais eram o Partido Nacionalista, o Partido Nazista e o Partido de Centro. Para chegar a esta última parte do programa, Bruening prometeu a Hindenburg, bem como a Hitler e Hugenberg, que, logo que os dois primeiros objetivos fossem alcançados, ele, Bruening, renunciaria e deixaria livre o caminho para Hugenberg e Hitler.

O papa e o Cardeal Pacelli estavam, não apenas bem informados, mas para o último plano que era restaurar a Monarquia, eles até exigiam uma garantia de que um governo realmente forte “não daria vez aos Sociais Democratas”, de governar a nova Alemanha. Essas condições deviam sempre dar garantia absoluta, a fim de salvaguardar os interesses da Igreja. Essas discussões parlamentares eram realizadas fora do palco, principalmente através do Dr. Kaas e do camareiro do papa, Franz von Papen.

Aqui temos as palavras textuais de Bruening relativas aos seus planos, conforme faladas a Hindenburg:

“Dou a minha palavra de que logo que atingirmos o ponto em que a transição da República para a Monarquia, seja assegurada, eu renunciarei, e então vós podeis formar um Gabinete inteiramente dos Partidos da Direita”. (Nacionalista, Nazista, etc.) Além disso, Bruening tinha outro projeto em mente. Era deixar fora de ação o Partido Social Democrata da Prússia. Esse projeto já havia sido delineado antes de pedir a esse Partido a ajuda para o seu plano de reeleger Hindenburg, o qual foi nomeado em 10/04/32 e eleito principalmente pelos votos dos Sociais Democratas.

Durante várias semanas os planos detalhados estiveram na mesa de Hindenburg. Após a expulsão do Partido Social Democrata da Prússia foi feita a tentativa de formar um governo forte de católicos e nazistas. Monsenhor Kaas estava sempre em contato com o líder católico Gregor Strasser, tentando chegar a um acordo final com Hitler. Mas Hitler mudou de ideia no último instante e o plano fracassou. Ele não cooperou com Bruening porque sabia que o chanceler católico estava politicamente liquidado. De fato, no dia 30/05/1932, Bruening caiu.

Hindenburg demitiu Bruening, a conselho dos generais e de outras forças que estavam agindo em surdina. Eles estavam conspirando para a destruição do Parlamento Democrata Alemão, a fim de criar uma ditadura. A primeira fase fora alcançada. A ocasião era propícia para a segunda fase.

O novo Gabinete foi formado pelo General von Schleicher, antes mesmo da demissão de Bruening. Mas, a essa altura, os conspiradores mais uma vez se dividiram entre si. Os generais queriam um homem que lhes deixasse aberta a porta, na primeira oportunidade. Esse homem já havia sido escolhido e aceito. Foi outro católico, Franz von Papen. Contudo, o Monsenhor Kaas, e através dele o Vaticano, desejavam que Hitler e Hugenberg chegassem ao poder.

Por um longo tempo o Vaticano havia negociado com os conspiradores e quando ficou sabido que a Chancelaria fora oferecida a von Papen, e que ele a havia aceitado, o Vaticano instruiu o Monsenhor Kaas, líder do Partido de Centro, que fizesse von Papen recusar o cargo. Ele prometeu fazer isso e realmente jurou a Kaas que iria recusar a oferta. Contudo, quando Hindenburg o pressionou novamente e von Papen aceitou, Monsenhor Kaas e o Vaticano o censuraram por ter quebrado a promessa, ao que ele deu uma autêntica resposta jesuíta. A primeira vez, ele disse, o Presidente lhe ofereceu

a Chancelaria como membro de um Partido Católico e, conforme sua promessa, ele recusou. A segunda vez a oferta lhe foi feita como a um indivíduo particular e ele aceitou.

Franz von Papen pertencia a uma família católica da Westfalia. Ele era rico e, apesar do mau caráter pelo qual era conhecido, tinha grande influência nos concílios internos do Partido Católico e no Vaticano. Ele era o proprietário do mais importante órgão do Catolicismo alemão.

O novo chanceler foi cordialmente apoiado pelos grandes industriais, pela aristocracia e pelos altos oficiais católicos de Estado, todos eles sabendo que a sua nomeação era apenas o último passo para o que há muito estavam almejando. Apesar do revés sofrido pelo Prelado Kaas e pelo Cardeal Pacelli, em Roma, os assuntos deveriam seguir a pauta correta para eles, no tempo exato para as fileiras e organização do Partido Católico, composto de trabalhadores. Eles se voltaram contra as figuras da liderança do Partido, contra a sua política e contra o novo chanceler, com mais vigor do que os Sociais Democratas e, por algum tempo, a liderança do Partido caiu em suas mãos. Isso fora permitido porque a sorte do Partido já estava selada.

A significação da subida de von Papen ao poder não foi verificada, senão por algumas intrigas em Berlim, e ainda menos, pelo pessoal no Vaticano. Foi o conflito de duas tendências no Partido Católico Alemão que deu o golpe de misericórdia em Bruening. Os que haviam patrocinado o segundo curso liderado por von Papen haviam persuadido os vários generais e seus colegas a “convencer” Hindenburg a demitir Bruening da Chancelaria. Os dois campos hostis dentro das altas fileiras dos católicos alemães de liderança, estavam divididas no que se referia a abandonar definitivamente o Partido de Centro e permitir a extinção do mesmo, conforme decisão do papa, ou permitir que ele continuasse e desempenhasse o seu papel, numa administração liderada por Hitler. Nessa administração, os Partidos Nazista e Nacionalista da Alemanha e o Partido de Centro deveriam ser perfeitos parceiros. A alternativa era levar à morte o Partido de Centro e entrar num acordo com Hitler sobre os interesses do Catolicismo e da Igreja na Alemanha.

O primeiro grupo foi liderado pelo próprio Bruening. Ele havia, em mais de uma ocasião, deixado o Vaticano saber de sua objeção ao plano do papa se livrar do Partido Católico, o qual, durante duas gerações, havia servido tão bem ao Catolicismo, como o Partido Católico mais antigo, mais poderoso e mais firme da Europa. Em várias ocasiões Bruening havia prometido renunciar, a fim de deixar livre o caminho para Hitler, contanto que ao Partido de Centro fosse permitido continuar desempenhando o seu papel. Até mesmo após sua demissão, Bruening informou Kaas, e através deste o Vaticano, que estaria pronto a aceitar um posto no novo gabinete, se Hitler fosse eleito chanceler. Como Hugenberg, líder dos Nacionalistas, Bruening tinha a ilusão de que Hitler trabalharia com eles em pé de igualdade. Essa política, que vinha sendo condenada desde a derrota de 1928, não foi aceita. Kaas e outros católicos que haviam aceitado a decisão do Vaticano foram levados a entender, através do Cardeal Pacelli, que algo teria de ser feito, antes que “eventos não previstos pudessem interferir em nossos planos”. Kaas e seus cúmplices movimentaram a necessária máquina política por trás de Hindenburg e Bruening, que já estava em desfavor com as massas alemães e com os que o haviam colocado no poder, e, então, ele foi demitido.

A chancelaria de Von Papen foi responsável pelas intrigas de todo tipo, as quais começaram em Berlim, entre os grupos de generais e os líderes dos vários partidos: o

de Direita e o de Centro, Monsenhor Kaas, Von Papen, o Vaticano e Hitler. O Vaticano, Monsenhor Kaas e o próprio Von Papen trabalharam de mãos dadas para conseguir levar Hitler ao poder sem que houvesse qualquer oposição séria. Eles deveriam preparar o caminho e facilitar o acesso de Hitler à chancelaria.

Von Papen logo foi substituído por outro católico, o general Schleicher. Mas o general tornou-se simpático aos Socialistas e ameaçou expor as transações que teriam embaraçado alguns católicos da elite e o Vaticano. E o que era pior, a corrupção de certas negociações em que Hitler e Von Papen estavam envolvidos. Foi então que Von Papen persuadiu o velho presidente a tornar Hitler presidente.

Mais tarde, Von Papen, durante uma preleção feita a uma audiência católica em Colônia, declarou que: “a Providência me destinou a prestar um serviço essencial para o nascimento do governo de regeneração nacional” (12/11/1932). No início de janeiro de 1933, Von Papen encontrou-se com Hitler na casa de um banqueiro de Colônia e lhe disse que havia chegado a hora de trabalharem juntos. Os homens e a máquina que o levariam ao poder já estavam prontos e com o apoio do Vaticano. Por sua vez esperava-se que, quando estivesse no poder, Hitler destruísse os Partidos Comunista e Socialista, como ação preliminar, e discutisse uma Concordata com a Igreja Católica. Hitler prometeu. Entraram as duas partes num acordo. Hitler seria feito Chanceler e Von Papen, Vice-chanceler. Desse modo, Von Papen convenceu Hindenburg a solicitar a Hitler que ele se tornasse Chanceler. No dia 30/01/1933, Adolfo Hitler, um católico de nascimento, foi feito Chanceler da Alemanha.

Depois de ler este relato feito por um dos mais eruditos historiadores sobre assuntos do Vaticano, não podemos deixar de concordar que foi, realmente, o Cardeal Eugênio Pacelli, futuro Pio XII - quem colocou Hitler no poder alemão, a serviço do Vaticano. Contudo, não se deve esquecer que Pio XI e Pacelli eram apenas dois lacaios do Papa Negro.